

APRESENTAÇÃO

DEVER DE MEMÓRIA, DEVER DE REGISTRO: A REVISTA *HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO* EM SEU 19º ANO

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/61497>

Maria Stephanou

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.



História da Educação, revista mantida pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe -, neste recém-chegado 2016 trilhará seu 19º ano de publicação, a começar pelo número 48.

Publicar 48 edições de um periódico acadêmico é um feito em nosso país, em especial diante das condições instáveis da produção editorial, dos recursos financeiros e das instituições que servem de apoio. As sinergias da Asphe, como associação autônoma de pesquisadores, tornaram possível, somadas ao engajamento e dedicação de muitos colegas e a apoios eventuais do CNPq, sua persistência e contínuo aprimoramento.

Desde abril de 1997 *História da Educação* não deixou de circular um só ano e declarou-se, já em seu primeiro número, como periódico acadêmico-científico do campo da historiografia da Educação. Foi pioneiro no contexto nacional, como é de amplo conhecimento.

Podemos mesmo afirmar que como veículo de disseminação de pesquisas e conhecimentos, contribuiu para o fortalecimento e reconhecimento desse campo de estudos no âmbito da Educação, assim como no âmbito da História. Os eventos científicos da área, o número de pesquisadores e grupos de pesquisa e o crescimento das linhas de pesquisa associadas à História da Educação nos programas de pós-graduação em Educação do país, bem como o volume de teses e dissertações defendidas entre 1997 e 2015 e filiadas à pesquisa historiográfica em Educação atestam essa contribuição: consultem-se as referências que constam em trabalhos publicados, súmulas de disciplinas ministrada, programas de concursos para docentes do ensino superior, artigos e livros da área e facilmente serão computadas as dezenas de

indicações de artigos da revista. Somam-se os números expressivos dos acessos *online* e a circulação internacional a cada dia mais expressivos, como atestam os dados obtidos pelo *Google Analytics* desde 2012.

Igualmente importante é a expressividade da nominata de pesquisadores-autores ao longo de 19 anos, que ultrapassa, seguramente, mais de sete centenas de nomes, de diferentes filiações institucionais e de diversos países.

Dever de memória, dever de registro: nenhum constrangimento há de nossa parte, como editores, em registrar este tom de conquista, pois somos testemunhas, desde 1997, do quanto um singelo projeto de divulgação de estudos entre pares foi sendo ampliado e adquiriu o estatuto e importância que hoje *História da Educação* possui no cenário acadêmico da área. Os indexadores são apenas mais um índice desse reconhecimento e os movimentos de internacionalização desde o primeiro número outro movimento fundamental.

Precisamos afirmar e tornar públicos não apenas nossos impedimentos e malogros, mas também nossos êxitos. O campo da Educação, em seu conjunto, precisa produzir uma visibilidade afirmativa. A trajetória desta revista confirma os muitos aprendizados e mudanças necessários ao longo do tempo para que pudesse avançar como veículo qualificado de disseminação da produção de conhecimento em nosso país. Esse processo tem sido comum a outros periódicos da área da Educação, assim como, em especial, aos demais periódicos de *História da Educação*.

E, aos jovens pesquisadores, fica o desafio para que empreendam estudos de mestrado e doutorado que examinem os temas, problemas, teorias em voga, práticas de leitura, circulação e apropriação da revista da Asphe, como é de muitos conhecida, ou, em outra direção, para que investiguem como as configurações do campo aparecem, transparecem, são disseminados pela mesma. Assim, o convite para desenvolvimento de pesquisas que tomem *História da Educação* como objeto de estudo, em sendo aceito, possivelmente permitirá evitar uma impressão auto-referencial dessas palavras iniciais ao número 48.

2016 convida a mirar o futuro, mas também convoca a um exercício de retrospectiva. Em 2015, publicamos os números 45, 46 e 47. Eles perfazem 35 artigos publicados somando-se aqueles dos dossiês. Foram três dossiês temáticos no ano, três resenhas, uma nova seção intitulada *Acervos e documentos*, seis apresentações de acervos e dois documentos, dentre eles uma conferência de evento internacional, e, com destaque especial, uma aula magna a pesquisador de *História da Educação* agraciado com título de *Doutor Honoris Causa* e o belo texto de sua apresentação. São expressivos os números para um único ano. Além desses vale registrar que os artigos, documentos e resenhas publicados em 2015 são de autoria de 62 pesquisadores, que se filiam a sete países de origem, incluindo o Brasil. Foram publicados artigos de quatro pesquisadores de Portugal, três da Argentina, dois da Espanha e um artigo de cada um dos seguintes países: Suíça, França, Chile. Os textos de autoria de brasileiros perfazem 15 artigos. Estamos, pois, diante de uma variedade de grupos de pesquisa, filiações institucionais, nacionalidades, temas e objetos de análise que integram o amplo leque de possibilidades de estudo do campo da *História da Educação*.

Em 2015, e persistindo em 2016 com este número 48, a revista possui espaço para propostas de dossiês de caráter interinstitucional e internacional, com regras claramente estabelecidas, que contemplam a diversidade de colaborações de autores nacionais e estrangeiros.

A exemplo de alguns números dos últimos anos, que publicaram estudos nos quais estão em destaque contextos educativos não nacionais, um ponto alto neste número 48 é a publicação do dossiê *A educação nos EUA: do século 19 ao século 20*, organizado pela profa. dra. Mirian Jorge Warde. Os seis artigos do dossiê abordam temáticas variadas, da educação infantil passando pela escola primária e educação superior, aos jornais e imprensa periódica americana do período. A apresentação do dossiê insiste que uma das intenções e talvez a mais proeminente do dossiê seja a de superar a timidez que persiste entre os pesquisadores brasileiros quanto ao empreendimento de investigações sobre processos educativos de outros países. Atesta esta intenção a reunião de uma maioria de autores brasileiros dos artigos apresentados. Outra menção importante concerne às preciosas pistas empíricas e bibliográficas ofertadas em todos os artigos do dossiê.

Na sequência do dossiê apresentam-se oito artigos, duas resenhas e um documento inédito na seção *Acervos e documentos*. Os temas dos artigos são muito variados, assim como os tipos documentais examinados, a periodização e os contextos históricos e geográficos. Variam ainda os níveis de ensino abordados: universidades no século 16, colégios, aulas públicas de primeiras letras, escola primária, escola normal, sala monitorial.

Três artigos, guardadas suas distâncias temporais, examinam métodos de ensino: o método elaborado pelos jesuítas desde o século 16, o método lancasteriano do século 19 e o ensino da escrita na escola primária no século 20 sob inspiração da Escola Nova. Embora predominem os estudos que se detêm nos séculos 19 e 20, também comparecem aqueles focados no século 16 e 18. Alguns artigos giram em torno do que poderíamos designar, *lato senso*, como representações e que são examinadas, pela literatura, em memórias, nas prescrições normativas de documentos oficiais. Os leitores encontrarão, ainda, estudos que destacam as dimensões de raça/etnia, gênero, classe social, origem geográfica em suas intersecções para compreender a Educação sob uma perspectiva histórica. São instigantes e somam-se aos movimentos de atenção e dotação de visibilidade às questões das mulheres, dos negros, dos pobres no sentido mais *lato*, embora aqui um artigo esteja bem circunscrito aos camponeses. Prevaecem, nos artigos que se reportam à escola, a categoria sujeito aluno, mas há também um artigo que, interessado nas representações sócio-culturais, examina as experiências de infância.

Outro ponto merecedor de atenção e que pode suscitar interesse dos leitores, sobretudo de interessados nos processos de transferência cultural, concebidos como aqueles processos pelos quais as experiências são objeto de circulações fluídas, que não se concentram unidirecionalmente do centro para a periferia, mas que são agenciados por agentes em circulação e, portanto, processos sujeitos à reinterpretação, adaptação, adequação a contextos diversos e, não apenas e simplesmente a um enquadramento do tipo importação de modelos, pode ser apreciado nos artigos que examinam repercussões dos processos experimentados em contextos diferentes do Brasil, mas que aqui são

constatados igualmente pela pesquisa empírica, como é o caso do artigo que estabelece relações entre Inglaterra e Brasil para examinar o método lancasteriano e aulas públicas no Espírito Santo e Minas Gerais em fins do século 19.

Em *Do modus parisiensis ao ratio studiorum*: os jesuítas e a educação humanista no início da Idade Moderna, João Batista Storck, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, concentra-se no exame de documentos basilares, desde os primeiros, que baseados em diferentes fontes inspiradoras, notadamente o humanismo cristão renascentista, conformaram os planos de estudos e o método de ensino adotado desde o século 16 pelos jesuítas no contexto europeu e, posteriormente, em suas missões evangelizadoras nas regiões coloniais de Portugal e Espanha.

A ação educacional dos jesuítas é igualmente examinada pelo artigo do pesquisador português Francisco António Lourenço Vaz, da Universidade de Évora, que se intitula *O ensino dos jesuítas na Universidade de Évora*: uma leitura dos primeiros estatutos, em vigor desde a segunda metade do século 16 até 1759. O autor demonstra que os estatutos figuram entre os documentos mais relevantes da história da Universidade de Évora e, por isso mesmo, documento privilegiado para o estudo do ensino universitário, sua vida administrativa, plano de estudos próprio da pedagogia jesuíta, além de aspetos acadêmicos diversos, como a existência de biblioteca, diferentes práticas dos estudantes, atos públicos e intercâmbio internacional, aspectos que perduraram durante os duzentos anos de ensino dos jesuítas. O artigo suscita muitas reflexões para aqueles envolvidos com pesquisas acerca da atuação dos jesuítas na história da educação brasileira em sentido amplo, e a história do ensino superior, em sentido estrito.

O artigo que segue intitula-se *O método de ensino lancasteriano*: uma comparação entre a sala monitoral do The British School Museum de Hitchin, na Inglaterra, e o regimento interno das aulas públicas das primeiras letras da Província do Espírito Santo em 1871, co-autoria de Dirce Nazaré de Andrade Ferreira e Cleonara Maria Schwartz, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo e Aloisio Krohling, da Faculdade de Direito de Vitória, Brasil. Como referimos acima, ao aproximar dois contextos bastante distintos, o artigo possibilita indagar sobre os processos de circulação, apropriação, transferência de modelos e experiências pedagógicos.

O século 19 situa igualmente o artigo *A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana na primeira metade do século 19*, de Marcus Vinícius Fonseca, da Universidade Federal de Ouro Preto, MG. Apoiado em documentação original, e trabalhada de forma muito instigante, o autor oferece pontos de atenção quando estão em jogo na análise as dimensões de raça e gênero. O binômio urbano e escola atravessam o estudo. O autor assinala que as diferenças entre duas cidades mineiras, uma de feições claramente urbanas, Mariana, e outra de feições rurais, São Gonçalo, jogam um papel importante no que concerne à educação: naquela em que o espaço urbano é preponderante, houve uma ampliação da circulação de sujeitos tradicionalmente marginalizados na sociedade escravista e patriarcal, destacadamente negros e mulheres.

Macioniro Celeste Filho, da Universidade Estadual Paulista, SP, é autor do artigo *Os conflitos na Escola Normal de Piracicaba em meados da década de 1930*. Os conflitos analisados pelo autor consistem naqueles que, em 1934, decorreram do processo de implantação de um novo Código de Educação no Estado de São Paulo, quando professores e direção da Escola Normal manifestaram-se contrários à normatização

imposta pelo código, o que gerou enfrentamentos e a mediação de agentes governamentais externos. O autor demonstra que é possível valer-se das disputas para aceder ao cotidiano escolar e à organização institucional de então, especialmente considerando a relevância da instituição no cenário do estado de São Paulo.

Formação de professores, escola primária e história da cultura escrita estão em intersecção no artigo *Orientações sobre o ensino da escrita na Revista do Ensino/RS: repercussões da obra de Orminda Marques (1930-1960)*, de Carolina Monteiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A autora apresenta uma pesquisa que se inscreve no campo da história das práticas de leitura e escrita escolares. Toma como acontecimento a obra da educadora e professora da Escola Normal do Distrito Federal, nos anos 1930, Orminda Marques, pela expressividade na história do ensino da escrita no Brasil. Demonstra, pelo rastreamento de artigos sobre o ensino da escrita publicados na *Revista do Ensino/RS*, como o livro de Orminda Marques, *A escrita na escola primária* (1936), persistiu como referência fundamental à formação de professores por mais de três décadas após sua publicação, repercussão analisada a partir dos conceitos de produção, circulação e apropriação.

Em *Representações da infância em memórias e autobiografias - Minas Gerais (1900-1960)*, de Simone Aparecida Neves e Ana Maria de Oliveira Galvão, ambas vinculadas à Universidade Federal de Minas Gerais, as autoras elegem memórias escritas para analisar representações que emergem de experiências de infância vividas em Minas Gerais em seis décadas, de 1900 a 1960.

Finalmente, no ensaio intitulado *Igualdade e diferença: diálogos sobre o camponês, a mulher e a criança no romance Noventa e três* de Victor Hugo, Alceu Ravello Ferraro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, detém-se na apreciação de um romance histórico, tomado como emblemático e muito expressivo como documento, não apenas para a pesquisa histórica, mas também sociológica, de modo a examinar como seu autor, Victor Hugo, ancorado em seu tempo, abordou o tema da igualdade e da diferença com respeito às relações que são de fundamental importância no estudo da Educação, quais sejam, as relações campo-cidade, de gênero e de geração.

Este número 48 conta ainda com duas resenhas. Uma delas de autoria de Wagner Rodrigues Valente, da Universidade Federal de São Paulo, acerca da obra de Damiano Matasci, *L'école républicaine et l'étranger*, publicada em Paris, pela École Normale Supérieure, em 2015. Outra, de autoria de Juarez José Tuchinski dos Anjos, da Universidade Federal do Paraná, sobre o livro *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*, organizado por Claudemir de Quadros, e publicado pela editora da Universidade Federal de Santa Maria em 2014. Ambas as resenhas focalizam obras cujas temáticas são não apenas instigantes, mas, sobretudo, atuais, necessárias e, em torno das quais, há ainda muito que pensar e investigar.

O documento contemplado para reprodução neste número consiste no *Regulamento das escolas municipais do município de Bagé/RS*, datado de 1925, que intentava a unificação e controle da educação primária pública. É apresentado por Alessandro Carvalho Bica, da Universidade Federal do Pampa, RS, e Berenice Corsetti, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS.

Eis o conjunto do número 48, composto a muitas mãos: histórias da educação que contamos para saber quem fomos, ou quem somos? Tomemos um prefácio e um epílogo para nossa reflexão nos limiares deste ano de 2016. Vale a pena retomá-los.

Georges Duby, um dos mais importantes historiadores do século 20, falecido em 1996, em seu prefácio ao livro *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos* (1998), indagou para que serve a história e nos legou uma resposta que, segundo ele, poderia permitir que afrontássemos com mais lucidez os perigos de hoje:

Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo. (Duby, 1998, p. 9)

Para Duby, quando indagado se haveria um paralelo legítimo entre os medos medievais e os medos de hoje, ele afirmou que era preciso lembrar que os homens e mulheres do passado são nossos ancestrais e, mais que isso, falavam mais ou menos nossa linguagem e suas concepções de mundo não estavam tão distanciadas das nossas. Entretanto, e o que é mais importante, “não são as semelhanças que vão nos impressionar, são as variações que nos levam a fazer-nos perguntas” (Duby, 1998, p. 13). E, segundo ele, as perguntas fundamentais: “por que e em que mudamos? E em que o passado pode dar-nos confiança”?

Um epílogo pode ajudar a exercitarmos mais o pensamento. Nas últimas linhas de seu livro *A cidade das palavras: as histórias que contamos para saber quem somos* (2008), Alberto Manguel escreveu que

as histórias podem nos oferecer consolo para nosso sofrimento e nomes para nossa experiência. As histórias podem nos dizer quem somos, o que são essas ampuhetas pelas quais passamos, como podem nos ajudar a imaginar um futuro em que, sem finais felizes e confortáveis, possamos continuar vivos e juntos nesta terra tão devastada. (Manguel, 2008, p. 131)

Sucedendo aos acontecimentos devastadores do ano de 2015, em muitos âmbitos da vida, mesmo no que concerne à Educação, e que ainda persistem em 2016, importa seguir pensando como nós, professores e historiadores da História da Educação, podemos exercitar a compreensão do outro do passado para termos mais confiança em nosso tempo, continuarmos vivos e juntos.

Referências

DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.

MANGUEL, Alberto. *A cidade das palavras: as histórias que contamos para saber quem somos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.